



■ Presidente **p.2**

“Prosseguir com resiliência o programa de reformas”



■ PSD **p.8**

“O papel das mulheres na vida política” em jantar-debate na Maia

POVO LIVRE



nº 1773

13 de março de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Agência financeira melhora perspectivas para Portugal



O Primeiro-Ministro na Holanda

Governo **p.6**

Marco António Costa no 37.º Aniversário da ARCIL

Opinião **p.13**

Reforçar a Cooperação - Miguel Relvas

Debate Quinzenal

“Prosseguir com resiliência o programa de reformas”

O Governo escolheu, na semana passada, para o debate quinzenal, “questões de natureza económica, social e política” como tema de abertura, pelo Primeiro-Ministro. Seguem-se, conforme o Regimento o PS, o PCP, o BE, o PEV e os partidos da maioria, PSD e CDS-PP.

Na abertura, às 10 horas, Pedro Passos Coelho defendeu a necessidade de prosseguir “com firmeza e resiliência” o “programa ambicioso de reformas” estruturais, condição para que o país possa voltar a crescer e a criar emprego.

Na intervenção com que abriu o debate, o Chefe do Governo devolveu à procedência, a crítica dos que apontam insensibilidade social ao executivo, por prosseguir com as reformas previstas no programa de ajustamento.

“Alguns entendem que o Governo, ao determinar essa resiliência, não tem sensibilidade social. Eu gostaria de dizer, em particular aos partidos da oposição, que não foi com certeza a fina sensibilidade social que levou o anterior governo a pedir um resgate externo (...) ou que empurrou o País para um nível de dívida pública em percentagem da riqueza criada no País, tão elevado como o que temos”, referiu.

Na abertura do debate, o primeiro-ministro começou por afirmar que “é preciso seguir com firmeza e resiliência” o caminho que o Governo tem vindo a seguir.

Para Pedro Passos Coelho, os parceiros de Portugal instam o País a “prosseguir o caminho das reformas” porque “só há sustentabilidade” e o resultado do programa “só será duradouro para futuro na medida em que seja acompanhado de reforma estrutural importante”.

“Foi a ausência dessa reforma, aliada à falta de competitividade económica, que nos trouxe a um nível de elevado endividamento (...) Só aplicando um programa ambicioso de reformas estruturais será possível no futuro não ter novamente um problema de desequilíbrio estrutural”, disse.

“É muito importante que depois de termos executado mais de dois terços do programa estrutural que estava incluído no memorando de entendimento, se esses resultados não são visíveis rapidamente, não é possível - de forma sustentada - no futuro voltar a crescer e a criar emprego sem que essas medidas de ajustamento estrutural tenham lugar”, acrescentou.

Antes, o Primeiro-Ministro evocou o recente reconhecimento dos parceiros europeus relativamente aos desempenhos dos programas de ajustamento português e irlandês e a recomendação feita à ‘troika’ (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia) para que avançasse com uma proposta no sentido de “facilitar o regresso de Portugal e da Irlanda aos mercados”.

“Só é possível obter esta disponibilidade dos nossos parceiros para nos ajudar a regressar a financiamento não-oficial, na medida em que formos bem-sucedidos a executar o nosso programa de assistência, em que formos credíveis no nosso compromisso de corrigir os desequilíbrios herdados e na medida em a nossa atitude não seja, como alguns querem, de mudar de direcção, de arrepiar caminho, de renegociar tudo, mas a de cumprir o essencial dos nossos objectivos”, disse.

“Só teremos este apoio nesta altura porque a direcção que temos vindo a traçar é a correta e apreciada pelos nossos parceiros europeus”, salientou.

Depois de reforçar a necessidade de prosseguir com as reformas estruturais, em análise na sétima avaliação da ‘troika’ ao programa de ajustamento português, que deverá terminar no final da semana em que decorria o debate, Passos Coelho defendeu a “sensibilidade social” do Governo.

“Foi a sensibilidade social deste governo que permitiu que aqueles que são hoje titulares de pensões abaixo de 600 euros, cerca de 90 por cento dos pensionistas em Portugal, não sejam atingidos por medidas directas de



austeridade (...) não são chamados a IRS, não pagam contribuição extraordinária de solidariedade ou sobretaxa de IRS nem agravamento fiscal. E não foram afectados também pelo corte ou suspensão dos subsídios”, afirmou.

De igual modo, prosseguiu, as pensões mínimas, sociais e rurais, “que no passado o governo socialista congelou”, foram actualizadas pelo actual executivo.

“A sensibilidade social do Governo, tem-nos permitido que o ajustamento essencial que o Estado deva fazer se concentre naqueles que não têm recursos mais baixos, mas que têm recursos médios e mais elevados. E até hoje esse tem sido um elemento essencial para preservar a coesão social”, reforçou.

Na sua intervenção, o Secretário-Geral do PS defendeu que o Primeiro-Ministro está “cada vez mais isolado” por não querer mudar de rumo, criticando a “ausência de medidas” para combater o desemprego e a “teimosia política” de Passos Coelho.

Na resposta, o Primeiro-Ministro assumiu uma “total divergência” com a “atitude” do secretário-geral socialista de querer que o Governo abandone a política seguida e optar por uma política de estímulos à economia.

“Portanto, que voltem a fazer a asneira”, criticou Passos Coelho, advertindo que a consequência de ter uma política estatal expansiva de estímulos à economia “só agrava a dívida” e não melhora a situação do País.

Em relação ao desemprego, Passos Coelho defendeu que para combater o desemprego estrutural são necessárias reformas estruturais e não medidas isoladas.

“Eu não preciso de fazer números a apresentar medidas a pedido do senhor deputado, nós temos vindo a tomá-las mas não confundimos a árvore com a floresta. Sabemos que o desemprego estrutural não é combatido com medidas activas de emprego, é com reformas estruturais”, disse Passos Coelho.

Questionado sobre se o Governo tenciona avançar com o corte de quatro mil milhões de euros nas funções do Estado, o primeiro-ministro não respondeu, perguntando por sua vez qual é a opinião do PS sobre notícias que dão conta de que o governo francês, socialista, pretende avançar com cortes idênticos, percentualmente

Rejeitando as críticas de António José Seguro sobre a falta de medidas para combater o desemprego, o

Primeiro-Ministro disse que “faz mais” pelo combate ao desemprego do que o secretário-geral socialista, quando este propõe “o aumento do salário mínimo nacional”.

“Foi baixar o salário mínimo que a Irlanda fez no início do seu programa mas a Irlanda tinha um nível de salário mínimo suficientemente alto e uma redução podia fazer-se. Não é o nosso caso, por isso, presumo eu, o governo socialista não incluiu tal cláusula no memorando de entendimento e nós não também não a quisemos adoptar”, disse Passos Coelho, acusando Seguro de “aparecer ao país com demagogia” e de fazer propostas que contrariam “o sentido de responsabilidade”.

O Primeiro-Ministro acrescentou que algumas das propostas concretas do PS são “pouco originais” porque “o Governo já está a desenvolvê-las”, como a criação de uma instituição financeira especializada de apoio às empresas e o programa de reabilitação urbana com recurso a fundos comunitários.

Mas sobre as propostas do PS, Passos Coelho acrescentou que não iria particularizar “as pequenas medidas que o Governo já está a fazer”, frisando que “o PS acordou tarde para elas”.

Jerónimo de Sousa

Na sua intervenção, o secretário-geral do PCP reiterou a ideia de que o Governo da coligação PSD/CDS-PP não tem “futuro”, ao contrário de Portugal, enquanto o Primeiro-Ministro deu “uma garantia de esperança”, mantendo-se confiante na “direcção e trajectória” tomadas.

“O Governo apresenta uma convicção que está em rota de colisão com a realidade, a qual se vai agravando permanentemente. Do caos nunca nascerão as boas soluções. É preferível a rotura e a mudança do que esperar pelo fim do país”, afirmou o deputado do PCP.

O Primeiro-Ministro, por seu turno, reforçou a ideia de que “Portugal está mais próximo de fechar este período de emergência, do que esteve quando teve de pedir ajuda externa para evitar situação de bancarrota”.

“Quero deixar uma garantia de esperança no futuro. Estamos mais próximos de poder dispensar a ‘troika’, o

programa de assistência e regressar à nossa vida, que não será a da irresponsabilidade pública que houve durante muito tempo, mas será a nossa vida”, afirmou, em resposta à acusação de estar a “roubar a esperança a muitos portugueses”.

Jerónimo de Sousa reforçou a “exigência de demissão” do Executivo, considerando que “o País tem futuro, este Governo é que não.

Passos Coelho, ilibando Jerónimo de Sousa de ter responsabilidade na actual situação, porque o PCP nunca teve responsabilidade governamental, afirmou não poder “fazer a demagogia de que o País precisa de mais investimento para estimular a economia quando o País não tem dinheiro”, porque está “no seu perfeito juízo”, numa alusão a uma anterior intervenção do líder socialista, António José Seguro.

Bloco de Esquerda

O 1/2 coordenador do BE desafiou hoje (Como já é hábito...) o Primeiro-Ministro a demitir-se para haver novas eleições, porque “o País está farto do Governo” e “já não aguenta esta fantasia” e a austeridade, como, defendeu, ficou demonstrado pela manifestação de sábado. (veja nota da Redacção no final)

Na parte final da sua intervenção durante o debate quinzenal, no Parlamento, João Semedo acusou o executivo PSD/CDS-PP de contradição quando quer “desendividar do país, mas todos os meses a dívida pública está a crescer”.

Depois, o líder do BE defendeu que Passos “tem de entender que o povo já não aguenta esta fantasia”, nem “esta austeridade”, nem o Governo.

João Semedo considerou depois que “se instalou no país como que um apagão” em que “não se ouve o Governo e a ‘troika’, num contraste muito flagrante com a força com que se ouviu a voz dos portugueses no passado sábado”, referindo-se às manifestações que decorreram em todo o país.

“Isto resulta de, quer o Governo, mas também a ‘troika’, terem medo de dizer o que estão a negociar”, acusou Semedo (como acima, chamamos a atenção para a nota final da redacção), que instou directamente o primeiro-ministro a revelar o que está a ser negociado com as entidades internacionais em áreas como a saúde, a educação ou as pensões, no âmbito do corte de quatro mil milhões de euros.

“Tem a responsabilidade de responder”, afirmou.

Na resposta, disse estranhar a pergunta do BE, quando toda a oposição rejeitou a proposta da maioria de criar uma comissão no Parlamento para discutir a reforma do Estado, na qual essa perguntas poderiam ser feitas e respondidas. O Primeiro-Ministro sublinhou, ainda, que – como se sabe – “durante os exames regulares” à execução do programa de assistência, o Governo não faz declarações públicas sobre o assunto.

“Estranho, no mínimo, que todos aqueles, a começar no PS e a acabar nos Verdes, que no Parlamento se têm oposto a qualquer ideia de que seja necessário encontrar poupanças permanentes no Estado queiram que o Governo, que esteve disponível para as discutir atempadamente com todos, antes do exercício regular, queiram, no exercício regular, pôr-se na posição de quem está na varanda dizendo: ‘nós não queremos nenhuma dessas medidas, mas diga lá quais são para a gente lhes poder bater’”, declarou.

CDS-PP volta a pedir mais tempo para reduzir o défice

O CDS-PP voltou hoje a defender no parlamento mais tempo para pagar os para reduzir o défice, e questionou o Primeiro-Ministro se o prazo para cortar 4.000 milhões também pode ser alargado. “Entende ou não o senhor Primeiro-Ministro que a redução do défice mais faseada poderá vir a ser uma realidade ao mesmo tempo que do ponto de vista do reembolso da dívida também um prazo de reembolso maior, se podemos ou não, com a credibilidade que conquistámos e só a conquistámos porque cumprimos, podemos aspirar a uma redução despesa permanente que também é necessária, de forma mais faseada”, questionou Nuno Magalhães no debate quinzenal.



A pergunta do líder parlamentar democrata-cristão acabou no entanto por não ter resposta de Pedro Passos Coelho, visto que nesse momento o assunto estava a ser discutido ela delegação da Troika e pelo Governo noutra local e respondeu a uma outra questão explicando a necessidade de o País se focar na melhoria do seu défice estrutural como forma de ser visto como cumpridor.

“É verdade que com credibilidade e com confiança externa é possível pensar que os prazos para reembolso da dívida podem ser repensados e a redução do défice português possa ser mais faseada, tendo em atenção uma conjuntura económica que se agravou, e um desemprego que aumenta de forma preocupante”, disse Nuno Magalhães durante uma intervenção no plenário desta tarde.

O líder parlamentar do CDS-PP afirmou ainda que no entender do partido o país está no ponto mais difícil do programa de ajustamento, e que não será com sucessivos protestos públicos que a situação se vai resolver.

“Sabemos as dificuldades, não as negamos. São muitas. Como já disse, provavelmente estamos na fase mais difícil do nosso período de ajustamento, mas não é de protesto em protesto, nem com vender ilusões de outrora, quimeras de outrora - que levaram Portugal a pedir um resgate, o terceiro em trinta anos - que podemos dela sair, é com a apresentação de propostas concretas, creíveis”, disse o deputado.

Pedro Passos Coelho, afirmou também e ainda a propósito do salário mínimo nacional, que o Governo só pondera a possibilidade de discutir o respectivo aumento concertação social quando a economia começar a crescer, revelando ganhos de competitividade.

“Não deixaremos em sede de concertação social de discutir o aumento do salário mínimo nacional levado

pelos aumentos de produtividade, numa altura em que o País esteja em condições de estar a ultrapassar, a dobrar o nível de actividade, que nesta altura ainda é recessivo e que nós queremos inverter para recuperação”, afirmou Pedro Passos Coelho perante os deputados durante o debate quinzenal.

O Primeiro-Ministro disse mesmo que “nessa altura” se poderá ter essa discussão, “quando o tecido português tiver condições para absorver esse aumento”, o que esperamos e desejamos seja conseguido “quanto mais cedo, melhor para todos e – acima de tudo – melhor para Portugal.

Ainda numa resposta ao líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, afirmou que “estará a ser empossada” uma comissão para analisar o cabaz de produtos incluídos nas diferentes taxas do IVA e falou sobre as medidas que poderiam ajudar a melhorar o crescimento económico quando fez referência a esta comissão sem, no entanto, dar detalhes.

“Quando se faz referência às medidas que possam ser importantes para ancorar as expectativas positivas para o futuro, nomeadamente a reforma do IRC que está a ser preparada ou eventualmente com a comissão que estará a ser empossada para reanalisar alguns movimentos de entre o cabaz de produtos no âmbito do IVA”, afirmou o líder do Governo.

Na lei do Orçamento do Estado para 2013, no seu artigo 254.º, está prevista a criação de um grupo de trabalho para avaliar o regime fiscal aplicável aos sectores da hotelaria, restauração e similares.

No referido artigo, justifica-se a criação do grupo de trabalho pela “importância” que estes sectores “têm para a economia nacional, nomeadamente no seio das micro, pequenas e médias empresas, tanto pelo importante contributo na geração de emprego, como pela significativa contribuição para o bom desempenho do sector turístico nacional”. Razões que levaram o Governo a decidir “criar um grupo de trabalho interministerial que, em colaboração com os representantes dos sectores, avalie o respectivo regime fiscal”.

A criação deste grupo de trabalho surgiu através de uma proposta de alteração apresentada no último dia do prazo pelo PSD e o CDS/PP no âmbito das alterações ao Orçamento do Estado para 2013. – (Nota da Redacção: As afirmações categóricas de pedidos de demissão do Governo, alicerçadas em argumentos “irrespondíveis”, tais como “houve uma manifestação” etc. etc. são francamente, uma ofensa ao bom senso e à inteligência dos Portugueses. O governo vai apresentar-se a votos e ser julgado, na altura própria e, eventualmente, assistir à eleição do deputado Semedo, 1/2 coordenador do Bloco, como líder do partido mais votado e, daí, encarregado de formar Governo. É assim que funciona a Democracia. Se funcionasse pela lógica do Deputado Semedo e se houvesse uma grande manifestação a favor da extinção do Bloco – um cenário como qualquer outro do dito bloco – será que Semedo, alegremente acompanhado pelos seus correligionários, se demitiria e abandonaria a cena política portuguesa? – A Redacção)



O Primeiro-Ministro na Holanda

Agência financeira melhora perspectivas para Portugal

O Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, deslocou-se na quinta-feira passada a Haia, capital da Holanda, em breve visita de trabalho, na qual manteve reuniões com o seu homólogo Mark Rutte, com quem debateu assuntos ligados com o futuro da União Europeia (UE).

Pedro Passos Coelho chegou a Haia ao final da manhã e teve o encontro com o Primeiro-Ministro holandês, Mark Rutte, cerca das 13:00 (12:00 em Lisboa), seguindo-se um almoço de trabalho e uma conferência de imprensa conjunta.

Pedro Passos Coelho regressou a Lisboa no mesmo dia, ao final da tarde.

O reforço dos contactos bilaterais com os chefes de Estado e de Governo e a discussão do futuro da UE são, segundo o gabinete do primeiro-ministro português, objectivos desta deslocação a Haia, que são idênticos aos de outras deslocações na Europa, já realizadas por Passos Coelho, a última das quais a Viena, que incluiu contactos bilaterais com o chanceler e o presidente da Áustria, uma ida à ópera e uma visita a um programa de ensino dual.

A Holanda, que no final da semana passada anunciou que está a preparar novas medidas de austeridade para cumprir os limites do défice exigidos pela UE, é um dos países que tradicionalmente alinha ao lado da Alemanha nas exigências feitas aos países do Sul.

A Holanda é a quinta maior economia da zona euro, um dos onze países do mundo que tem actualmente um 'rating' da dívida de AAA - a nota máxima atribuída pelas agências de notação financeira - e é um dos principais clientes externos de Portugal.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), as exportações portuguesas para a Holanda ascenderam a 1.896 milhões de euros no ano passado, um crescimento de 221 milhões de euros em relação a 2011.

Cumprido o programa do encontro, o Primeiro-Ministro português afirmou hoje, em conferência de imprensa depois do encontro com o seu homólogo holandês, que a solicitação da extensão dos prazos para os pagamentos dos empréstimos, feita por Portugal e pela Irlanda, não é um pedido de "perdão da dívida".

"O pedido que fizemos ao Eurogrupo [ministros das Finanças da zona euro] e ao Ecofin [ministros das Finanças da União Europeia] deve-se à possibilidade de se estenderem algumas maturidades, quer para a Irlanda, quer para Portugal. Não se trata, portanto, de pedir um perdão da dívida", disse Pedro Passos Coelho.

Trata-se, explicou o Primeiro-Ministro, de "fazer um reescalonamento do calendário para pagar a dívida e fazê-lo de uma forma que o mercado entenda como perfeitamente possível para um País com a situação como Portugal tem ou como a Irlanda tem".

Passos Coelho afirmou que, para os Estados-membros, "é preferível" ajudarem Portugal e a Irlanda a regressarem aos mercados do que pedirem "aos seus cidadãos mais sacrifícios para emprestarem dinheiro" aos dois Países.

Dirigindo-se ao seu homólogo holandês, Passos Coelho agradeceu o apoio da Holanda, destacou as "boas relações" existentes entre os dois países e lembrou que o actual presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, é holandês.

O primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, por sua vez, afirmou que os portugueses estão a viver "tempos difíceis" e mostrou-se solidário para com Portugal, afirmando que, pelos "esforços que tem feito nos últimos anos, a Holanda tem uma atitude positiva para com os portugueses".

Mark Rutte reconheceu, em resposta aos jornalistas,





que o aumento do desemprego é um problema, referindo que, também na Holanda, o número de desempregados está a aumentar.

A Holanda, que no final da semana passada anunciou que está a preparar novas medidas de austeridade para cumprir os limites do défice exigidos pela UE, é um dos países que tradicionalmente alinha ao lado da Alemanha nas exigências feitas aos países do sul da Europa.

Pedro Passos Coelho tinha sido recebido por Mark Rutte na residência oficial do Primeiro-Ministro holandês, em Haia.

Ainda na conferência de Imprensa e em resposta a outra pergunta, Pedro Passos Coelho, afirmou que não está em causa qualquer corte no salário mínimo, mas que aumentá-lo no momento actual seria criar um “sobrecusto” para as empresas e uma “barreira” ao emprego em Portugal, esclarecendo assim declarações que tinha feito no dia anterior, no Debate quinzenal no Parlamento, sobre o salário mínimo nacional.

“Eu afirmei ontem [quarta-feira], no Parlamento, que um País que tem uma elevada taxa de desemprego não pode criar mais obstáculos à criação de emprego. Elevar, nesta altura, o salário mínimo nacional em Portugal seria criar um sobrecusto para as empresas e, portanto, criar mais uma barreira para o emprego”, sustentou o primeiro-ministro.

Na Holanda, Pedro Passos Coelho reconheceu que o salário mínimo nacional em Portugal, actualmente de 485 euros por mês, é “baixo” quando comparado com outros países europeus.

“Essa foi a razão, como eu recordei no Parlamento, pela qual decidimos não baixar o salário mínimo nacional. Outros países fizeram isso, a Irlanda fez isso, por exemplo, mas o salário mínimo na Irlanda é quase o triplo do que português”, argumentou o Primeiro-Ministro.

O primeiro-ministro afirmou também que a melhoria da fiabilidade de Portugal como pagador a longo prazo, anunciada pela Standard & Poors, é um “sinal de recompensa” para todos os portugueses, que têm feito “sacrifícios enormes”.

Pedro Passos Coelho destacou o facto de ter sido a primeira vez, desde o início da crise, que uma agência de notação financeira (‘rating’) alterou a perspectiva de



notação para Portugal.

“Esperemos que seja a primeira de uma sequência de melhorias que o nosso ‘rating’ possa vir a reconhecer, sobretudo se ele tiver alicerces sólidos, um chão sólido, quer dizer se não for feito com resultados ocasionais, mais se for construído com resultados duráveis”, afirmou.

Pedro Passos Coelho considerou ainda que a decisão da agência de notação financeira é uma “primeira informação no espaço público que reconhece a perspectiva de Portugal poder fazer um regresso a financiamento não-oficial de uma forma bem-sucedida”, o que disse ser “essencial” para evitar um segundo resgate.

Apesar de considerar ser uma “boa notícia”, o primeiro-ministro sublinhou a importância da decisão ser vista “mais como um estímulo e um incentivo”.

(A Standard & Poors passou a perspectiva de classificação da solvabilidade a longo-prazo de Portugal de “negativa” para “estável”, mantendo, no entanto, o país na categoria de “investimento especulativo” (“BB”).)

Esta decisão surge dois dias depois de um acordo de princípios dos ministros das Finanças europeus sobre o prolongamento do prazo do empréstimo de assistência financeira a Portugal e à Irlanda.

– Fonte: Lusa

Primeiro-Ministro envia condolências do Governo pela morte de Hugo Chaves

O primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, atempadamente as condolências, em nome do Governo, ao povo venezuelano pela morte de Hugo Chávez e destacou a sua importância na história do país e nas relações entre Portugal e Venezuela.

Numa carta dirigida ao vice-presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolas Maduro, Passos Coelho manifestou-se ainda convicto de que “a Venezuela saberá, com maturidade e no quadro do normal funcionamento das suas instituições democráticas, tomar as melhores opções para a rápida normalização da vida do país, ultrapassando estes dias de dor com os olhos postos no futuro”.

“Foi com profundo pesar que tomei conhecimento do falecimento do Presidente Hugo Chávez Frías, Chefe de Estado da República Bolivariana da Venezuela. Apresento assim a Vossa Excelência e, por seu intermédio, a todo o Povo venezuelano, em meu nome e em nome do Governo Português, as mais sinceras condolências pedindo-lhe, igualmente, que transmita à Família enlutada a expressão do nosso sentido pesar”, escreve.

O chefe do Governo português recorda o Presidente venezuelano como “figura de Estado marcante na história do seu País e como destacado protagonista no panorama político contemporâneo da América Latina”, destacando “a dignidade assinalável na forma como enfrentou a doença que o veio a vitimar”.

“Assinalo, nesta hora de recolhimento e reflexão, o importante contributo que o Presidente Chávez sempre quis e soube dar para o aprofundamento das expressivas relações entre a Venezuela e Portugal, incrementando o nosso intercâmbio aos mais diversos níveis, e a preocupação patenteada com o bem-estar e o destino da extensa comunidade portuguesa ali radicada que, com trabalho e grande motivação, tão bem se inseriu na sociedade civil venezuelana”, refere ainda o primeiro-ministro.

O Presidente venezuelano morreu na terça-feira, em Caracas, quase três meses depois de ter sido operado pela quarta vez a um cancro, a 11 de dezembro de 2012, em Havana, e quase cinco meses depois de ter sido reeleito para o seu terceiro mandato, em 7 de Outubro.

Chávez, que morreu com 58 anos, regressou à Venezuela em 18 de fevereiro, ficou internado no Hospital Militar de Caracas e não chegou a tomar posse como Presidente, ficando o lugar assegurado pelo vice-presidente, Nicolás Maduro, numa decisão autorizada pela Justiça venezuelana apesar dos protestos da oposição.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Venezuela anunciou que Nicolás Maduro assumirá formalmente as funções de Presidente interino e que dentro de 30 dias haverá eleições. – Fonte: Lusa e Gab PM



Marco António Costa no 37.º Aniversário da ARCIL

No âmbito das comemorações do 37º Aniversário da ARCIL, o secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Marco António Costa, efectuou, dia 6, uma visita de estado ao Centro de Estimulação Ocupacional da instituição, na Lousã.

Constituída no ano de 1976, a ARCIL procura contribuir para a efectiva inclusão social de pessoas com deficiência e outras necessidades especiais, promovendo uma mudança no olhar sobre a incapacidade e a diferença, estabelecendo critérios de valorização e inclusão social e profissional dos seus utentes. São levadas a cabo medidas específicas de intervenção, em articulação com serviços públicos e privados, numa postura de cooperação, abertura e complementaridade.





Na passada semana, estiveram reunidos, na Sede Nacional do PSD e em trabalho de preparação das próximas Autárquicas-2013, Deputados, Dirigentes locais e Autarcas do PSD do Distrito de Coimbra, com o Secretário-Geral nacional, José Matos Rosa e o 1º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva.

No dia do 146º aniversário

Inaugurada a nova sede do Comando de Lisboa da PSP

O Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, inaugurou a nova sede do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, que fica situada em Moscavide, sendo recebido à chegada e acompanhado no decorrer da visita e das cerimónias, pelo Director Nacional da PSP, Paulo Valente Gomes. A inauguração decorreu no dia em que se celebrou o 146.º aniversário do Comando Metropolitano. - Lusa



“O papel das mulheres na vida política” em jantar-debate na Maia

O “Dia da Mulher” não passou sem ser assinalado pelo PSD. A vice-Presidente, Teresa Leal Coelho, o Ministro da Defesa Aguiar Branco, o líder da JSD, Hugo Soares, diversos dirigentes e personalidades ligadas ao PSD, reuniram-se num jantar-debate na Maia (Porto), sendo a matéria do debate subordinada ao tema “O Papel das Mulheres na Vida Política”.

O debate decorreu com grande animação, pois a discussão do tema foi viva e participada, salientando-se a crescente importância das mulheres no quadro da política activa, após muitas décadas em que era inexistente e de outros tempos, mais próximos, em que era minimalista e em que ainda era, para a generalidade “um fenómeno”.

O “degelo” começou no PSD (Manuela Ferreira Leite, Leonor Beleza e Teresa Patrício Gouveia, são nomes que acodem à memória colectiva do nosso Partido) e hoje, é uma ex-Eurodeputada do PSD que ocupa a 2ª posição na hierarquia do Estado, a Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves; e as mulheres estão em grande evidência no Governo, no Grupo Parlamentar, no Conselho Nacional e na Comissão Política do nosso Partido, por mérito próprio e desempenho exemplar das suas funções.- Pov. Liv.



“Um Estado eficiente para proporcionar uma política social”

Luís Montenegro considera que as preocupações com o equilíbrio das contas públicas e com a redução da despesa do Estado revelam uma grande preocupação social.

Segundo Luís Montenegro, a tarefa que em Portugal temos pela frente é “gigante”. “Equilibrar as contas públicas, criar as bases para termos crescimento económico, gerar emprego e fazer isto tudo tendo, ao mesmo tempo, a sensibilidade social de não deixar ninguém para trás”.

Durante o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, dia 6, sobre “questões de natureza económica, social e política”, o líder da bancada do PSD começou por contrariar os socialistas e garantir a Passos Coelho que “ não está sozinho em Portugal e no espaço europeu”. “Hoje, faz precisamente 10 meses que foi eleito o Presidente Francês. Faz, mais ou menos, 10 meses que o deputado António José Seguro participou no comício de encerramento desse momento eleitoral que ia relançar tudo aquilo que era a política europeia. Hoje, um jornal francês anuncia que o Governo socialista de França acrescenta à política de contenção orçamental que já vem seguindo, um novo plano de redução estrutural da despesa de 4 mil milhões de euros. Em matéria de estar sozinho, vemos quem está sozinho hoje face ao que estava há 10 meses”.

De seguida, o social-democrata recordou a resposta que o PS obteve das cartas que enviou aos elementos da troika. Nessas cartas podia-se ler que “como sabe, o objectivo do envolvimento da troika em Portugal é ajudar a corrigir os erros ao nível das políticas públicas que conduziram à crise económica e a colocar a economia numa rota de crescimento duradouro que possa criar os empregos necessários. O fardo muito pesado da dívida pública e as dificuldades de financiamento que Portugal enfrenta são o que tornam este ajustamento orçamental inevitável. (...) Mas algum ajustamento fiscal é ainda necessário, esperando nós que a revisão da despesa pública em curso (a Reforma do Estado) possa servir de guia”. Face a esta resposta, o líder da “bancada laranja” afirma que é verdade que os nossos parceiros podem não ter razão em tudo, mas têm uma posição sobre o que é o evoluir da nossa situação e que, também aqui, António José Seguro fica sozinho.

Luís Montenegro abordou, ainda, o oportunismo político que os socialistas procuram, para, em seguida, se focar nas questões sociais. Entende o deputado que “quem está a equilibrar as contas públicas, com vontade de reduzir a despesa do Estado, quem está com um programa ambicioso de reformas estruturais está, antes de mais, a ter preocupação social. Agora, para além deste desafio de longo alcance, nós sempre dissemos que não queríamos deixar ninguém para trás, sobretudo aqueles que estão mais desprotegidos”. Prova dessa intenção do Executivo e da maioria são algumas das medidas já tomadas: “majoração de 10 por cento no subsídio de desemprego para casais com filhos em que ambos os cônjuges estão desempregados. Aumento, para o dobro, do período de concessão do subsídio social de desemprego para pessoas com mais de 40 anos. Criação do subsídio de desemprego para trabalhadores independentes. Redução do prazo de garantia para aceder ao subsídio para 12 meses. Criação do trabalho activo e solidário para desempregados de longa duração. Reforma das condições de acesso ao regime social de inserção. Expansão da rede de cantinas sociais (de 62 para 947). Reforço do programa de alimentação nas escolas. Reforço da comparticipação de manuais escolares. Aumento de vagas nas cresces. Lançamento do banco de medicamentos. Actualização das pensões mais baixas que estavam congeladas. Desenvolvimento do mercado social de arrendamento. Criação das tarifas sociais na energia e nos transportes. Os protocolos com as IPSS. E a devolução de 50 por cento do IVA dos investimentos na área social”.

Assim, declarou Luís Montenegro, estas são medidas importantes que estão no terreno para não deixar os que estão numa situação de vulnerabilidade para trás. “Mas a nossa política social é que todos tenham a mesma igualdade de oportunidades para aceder à educação, à saúde, para ter segurança, para aceder ao sistema de justiça. E para isso temos de ter um Estado equilibrado, eficiente, que gaste menos. Quem não está disponível para colocar o Estado a gastar menos, acrescentando-lhe eficiência e não diminuindo os serviços que presta às pessoas, verdadeiramente não está disponível para ter política social em Portugal. Nunca prometemos um caminho fácil, mas prometemos um caminho que é sólido, consistente e que quer evitar que, num futuro próximo, estejamos na situação a que chegámos”, concluiu.



“O Governo está a tomar medidas para garantir a sustentabilidade do SNS”



No debate da petição que solicita a liberdade na escolha do prestador de serviços de análises clínicas, a deputada Laura Esperança afirmou que, através desta petição, podemos verificar a complexidade do mundo em que vivemos, do nosso país em particular, quando se tem recursos insuficientes e a organização dos modelos que vinham sido efectuados estão a ser alterados.

Segundo a parlamentar, o que está em causa não é tanto essa liberdade, mas sim a necessidade que o Estado tem de reduzir os custos de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, não por capricho, mas porque por tal ser absolutamente fundamental para garantir a continuidade do nosso sistema público de saúde. “O Governo está pois a tomar medidas para garantir a sustentabilidade do SNS, sem as quais este iria entrar em colapso, como bem o demonstram os três mil milhões de Euros de dívidas que o anterior Governo deixou e dos quais a actual equipa do Ministério da Saúde pagou já mais de metade. O dinheiro do Estado é de todos e não daqueles que, em cada momento, têm a responsabilidade de o gerir”.

No que concretamente se refere aos meios complementares de diagnóstico realizados no âmbito do SNS, recorda a social-democrata que a obrigação das unidades públicas é a de assegurarem que os utentes fazem as suas análises com qualidade, rapidez e, evidentemente, ao menor custo possível. “Se daí resulta internalização ou externalização das análises é uma consequência, não o factor de decisão. O que acabo de dizer é de tal modo pacífico que já a anterior Ministra da Saúde defendia que os responsáveis pela gestão dos serviços de saúde têm, “a obrigação de gerir os dinheiros públicos de forma eficaz” e que o facto de haver unidades

que “tenham capacidade instalada” obriga a que a mesma seja aproveitada, diminuindo ‘o envio destes doentes para o sector convencionado”.

Sector das pescas esteve em debate em Aveiro

O sector das pescas na região de Aveiro esteve em debate dia 1, no Museu Marítimo de Ílhavo, uma iniciativa do Gabinete de Estudos da Distrital de Aveiro do PSD, intitulada “Da pesca se faz a Economia (do mar) em Aveiro e em Portugal”. Representantes da Associação dos Armadores das Pescas Industriais, da Associação dos Industriais do Bacalhau e da Aguacircia e o presidente da Câmara Municipal anfitriã traçaram um olhar sobre o sector pesqueiro, definindo metas a atingir.

A simplificação da legislação que rege o sector foi um aspecto particularmente focado. “A produção de leis em demasia onera os custos das empresas, na medida em que obriga a adaptações constantes”, defendeu Paulo Mónica, da Associação dos Industriais do Bacalhau, chamando a atenção para a importância da “estabilidade nas regras”.

O tema foi abordado por Pedro Jorge Silva, da Associação dos Armadores das Pescas Industriais. O dirigente lamentou que “se fale tanto da economia do mar, esquecendo-se de que a pesca é um dos seus maiores contribuidores”. Na sua opinião, trata-se de uma actividade “que gera riqueza, mas que tem sido esquecida”.

Paulo Mónica sublinhou, por outro lado, um tema que tem sido acarinhado pelos deputados do PSD – a utilização de polifosfatos no bacalhau. Na sua opinião, essa possibilidade “põe em causa o bacalhau tradicional português”. O dirigente defendeu a obrigatoriedade de rotular o pescado com a indicação de que se trata de um produto cem por cento natural ou aditivado.

“Há anos que se diz que a aquacultura é o futuro, mas não vejo nada consentâneo com essa ideia”, afirmou Bernardo Balseiro, da Aguacircia, introduzindo no debate outro tema particularmente acompanhado pelos deputados social-democratas. Para Bernardo Balseiro, “estamos a anos-luz do que é suposto ser a aquacultura”.

José Ribau Esteves, presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, considera o investimento como fulcral para o futuro das pescas. “O tal mar cheio de oportunidades tem de ter investimento. Sem isso, não vamos lá”, lembrou o autarca, manifestando desejo de que cheguemos ao fim do próximo quadro comunitário de apoio “sem motivos para dizermos que não olhamos para as pescas como devíamos, repetindo o que fizemos em relação ao último e ao que está prestes a terminar”.



Ricardo Rio reuniu com o Arcebispo Primaz de Braga

Num esforço para promover o diálogo, o estreitamento de laços e de colaboração entre as duas instituições mais relevantes e decisivas no contexto da comunidade bracarense - a Arquidiocese e a Câmara Municipal - Ricardo Rio reuniu, na semana passada, com o Arcebispo Primaz, D. Jorge Ortiga.

Durante a reunião, o líder da coligação “Juntos por Braga” referiu-se à necessidade de uma relação e de uma colaboração mais próxima com a Arquidiocese, como forma de responder à vontade da população. “Braga tem tudo ganhar se a autarquia se empenhar em desenvolver iniciativas e projetos conjuntos com a Arquidiocese, uma instituição incontornável na cidade. A Câmara nunca pode estar contra a Igreja - tal como nunca pode estar contra a Universidade ou contra as associações empresariais -, porque só numa lógica de subsidiariedade e de parceria é que podemos desenvolver projetos que sirvam o bem comum”, salientou Rio.

Também D. Jorge Ortiga se mostrou agradado com esta possibilidade de manter um diálogo aberto e livre. “É sempre um prazer encontrar-me com pessoas que procuram interessar-se, preocupar-se e empenhar-se com o bem comum. Não tenho qualquer receio de me encontrar com as diversas entidades partidárias, pois só através do diálogo é que seremos capazes de encontrar os melhores caminhos para nós e para o povo”, transmitiu, considerando um “dever” esta atitude de partilha, colaboração e presença na vida social.

“Esta é uma postura que prezo muito e que estimo, de diálogo e nunca de imposição, nunca de alguém que se sente senhor da verdade, mas que tem a alegria de poder partilhar as suas inquietações, os seus sonhos e projetos. Isto é, o que de melhor gostaria de ver implementado na nossa cidade”, assegurou o Arcebispo Primaz, que se mostrou totalmente disponível para ouvir



e dar sugestões relativamente aos assuntos que possam interessar aos Bracarenses.

Turismo religioso e valorização do património são apostas essenciais

O líder da coligação aproveitou o encontro para reafirmar a urgência de implementação de uma outra dinâmica do ponto de vista da aposta turística e em particular da promoção do turismo religioso, que pode tornar-se um “fantástico cartão-de-visita” da cidade no exterior. “Braga tem um património religiosos inestimável, que não tem sido devidamente utilizado e do qual a cidade não retira grandes benefícios em termos de capacidade de promoção e atratividade do turismo religioso e patrimonial internacional”, criticou, enfatizando que essa aposta no turismo religioso pode ser determinante para o impulso económico de Braga e, conseqüentemente, para

a criação de postos de trabalho, combatendo aquele que é um dos grandes flagelos do concelho, o desemprego.

Ricardo Rio destacou o potencial da esfera artesanal que em Braga tem uma “vasta tradição”: “O domínio da arte sacra pode também ser valorizado e gerar aqui uma nova dinâmica económica em torno desta arte e ofício”.

Ricardo Rio lembrou a necessidade de se reforçar as respostas que já hoje estão a ser desenvolvidas no terreno por parte das várias instituições ligadas à Igreja. “No atual contexto de grandes dificuldades sociais e económicas, é premente fortalecer as competências dessas instituições ligadas à Igreja, que têm efetuado um trabalho fantástico para mitigar as carências de muitas pessoas”, expôs, salientando que cabe ao executivo municipal a responsabilidade de apoiar estes projetos no contexto da rede social do concelho.

Nesse mesmo sentido, D. Jorge Ortiga mostrou-se muito preocupado tanto com o desemprego como com o aumento dos casos de carência em Braga, destacando que este é o momento de fazer convergir intenções e vontades para que as pessoas possam viver melhor. “A Igreja tem feito o seu trabalho na área social, mas pode e quer fazer muito mais. Assim, vamos continuar, com o objetivo de criar condições de vida mais dignas para todos e não apenas para alguns”, afirmou o Arcebispo, que apelidou a igreja de “advogado” dos mais pobres e necessitados.

Por fim, também no domínio cultural Ricardo Rio considerou que as várias instituições que contêm com a Diocese, e neste caso concreto a própria Universidade Católica, podem ajudar a criar uma outra dinâmica na cidade. “É essencial dar continuidade à organização de ventos que em ligação à Igreja, ao património, à música e ao conhecimento venham reforçar a dinâmica cultural de Braga”.

PSD/Açores aconselha o governo regional a abandonar “via das desculpas”



O presidente do PSD/Açores aconselha o governo regional a “abandonar a via açoriana das desculpas” e a optar “pela via açoriana das soluções para os problemas que afligem milhares de açorianas e açorianos” na sequência “da maior crise financeira, económica e social da Autonomia”.

Duarte Freitas, que falava no encerramento das jornadas parlamentares do PSD/Açores, que decorreram na Ribeira Grande, dia 8, anunciou que os sociais-democratas açorianos vão abster-se na votação do Plano e Orçamento para 2013. “O PSD/Açores não será um obstáculo nem uma desculpa para o Governo Regional não encontrar as soluções necessárias para os problemas que afligem milhares de famílias da nossa região”, referiu.

“Numa altura em que milhares de famílias passam fome, numa altura em que milhares de açorianos não encontram trabalho, quando mais de 40 por cento dos nossos jovens se encontram no desemprego, julgo que ninguém compreenderá que os partidos não façam um esforço para se entenderem”, acrescentou.

Duarte Freitas recordou, ainda, que “os Açores são a região do país onde o desemprego mais cresce e também aquela onde a economia travou mais a fundo registando-se uma quebra sem precedentes nas receitas e muito acima da registada a nível nacional”.

O presidente do PSD/Açores salientou também o facto dos sociais-democratas açorianos “não terem

qualquer responsabilidade na situação actual. O PS está no poder há 16 anos pelo que é o único culpado pela situação actual que se vive na Região”.

Duarte Freitas anunciou ainda que o PSD apresentará propostas de alteração aos documentos elaborados pelo Governo Regional. Essas propostas referem-se a matérias relacionadas com a situação do emprego e do sector da saúde.

Duarte Freitas considerou ainda “que se tem assistido da parte do PS e do Governo a uma enorme tentativa de desculpabilização”. “O PS e o Governo Regional desculpam-se permanentemente com o Governo da República, desculpam-se até com as oposições. É hora de começar a trabalhar para resolver os graves problemas que o próprio PS criou nos últimos 16 anos”, disse.

Pagamento de dívidas atrasadas pode ajudar economia açoriana

A concretização de um plano de pagamentos em atraso do governo regional às empresas regionais “pode constituir uma medida essencial” para atenuar os efeitos da maior crise financeira, económica e social da Autonomia, defendeu, em Ponta Delgada, o vice-presidente do grupo Parlamentar do PSD/Açores.

António Soares Marinho, em declarações à comunicação social, no final de uma reunião de trabalho com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, lembrou que “os pagamentos a 30 dias muitas vezes referidos pelo Governo Regional são um mito, tal como o reconhecem os próprios empresários, pelo que o pagamento das dívidas em atraso, numa altura em que as empresas estão tão necessitadas, constitui por si só uma forma de atenuar as dificuldades que todos os açorianos estão a sentir”.

De acordo com o dirigente social-democrata açoriano, “o PSD/Açores entende que o plano e orçamento para este ano constituem documentos indispensáveis para lutar contra a crise”. “O nosso Partido está muito preocupado com o desemprego trágico que se regista, mas também com os problemas das empresas. Se não existirem empresas saudáveis não haverá emprego”, acrescentou.

Para António Soares Marinho, a reunião com os empresários demonstrou que existem algumas dúvidas quanto à forma como a Região poderá responder à actual situação: “temos ouvido da parte dos empresários, e isso foi reforçado hoje, que este plano se destina a pagar investimentos já feitos, ou seja o seu efeito na economia não será reprodutivo”.

O vice-presidente da bancada do PSD/Açores considerou, ainda, “contraditório com o discurso que tem sido utilizado pelo Governo Regional a redução prevista nas verbas destinadas ao reforço da competitividade”. “Numa altura de grandes dificuldades e quando o Governo Regional diz que o apoio às famílias e às empresas é fundamental não faz grande sentido reduzir essas verbas”.



António Marinho assegurou, ainda, que “o PSD/Açores apesar de não ter qualquer responsabilidade nesta situação de crise profunda que se vive na Região, está disponível para ajudar a encontrar soluções, mas o Governo Regional tem também de demonstrar que está disponível para ser ajudado”.

Nascimento Rodrigues comenta "Documento Melo Egídio"

TOTAL OPOSIÇÃO DO PSD AOS PROCESSOS DE MILITARIZAÇÃO DO REGIME

O vice-presidente do PSD, Nascimento Rodrigues fez, no passado dia 24, a seguinte declaração a propósito do "Documento Melo Egídio":

Em primeiro lugar, importa saber se o projecto Melo Egídio, hoje divulgado pelo "Expresso" é verdadeiro ou não. Neste último caso, seria condenável a atitude do "Expresso", por provocar na opinião pública uma infundada reacção contra o CEMGA.

Pelo contrário, se o projecto é verdadeiro, então confirmar-se-ia a total razão do PSD quando há dias criticou a recente entrevista do Sr. General

Melo Egídio e quando alertou a opinião pública para tentativas claramente inoportunas, e de objectivos mal disfarçados, de perpetuação de poderes pessoais e não democráticos.

É sabido que a Comissão de revisão da Constituição vai debruçar-se, dentro de poucos dias, sobre a parte da Constituição referente aos poderes presidenciais. Não se compreende, e não se aceita, que se procure, neste exacto momento, legislar através do Conselho da Revolução sobre matérias que têm a ver com a organização das Forças Armadas e com os poderes de designação das mais

altas chefias militares. É caso para perguntar se não estaremos perante mais uma inaceitável pressão abusiva sobre os deputados e face a uma declarada tentativa de consumir uma revisão constitucional à margem e contra a livre opinião da Assembleia da República. Em nome do PSD, reafirmo a nossa total oposição a todos os processos de militarização do regime e de consequente desmilitarização do mesmo. O PSD não confunde, porém, certas atitudes isoladas de chefias militares com as Forças Armadas no seu conjunto, Forças

Continua na pág. 3



"A Europa deve acelerar o próprio processo de integração, para poder exercer o papel de protagonista, que lhe compete, numa vasta e bem articulada política de ajudas e de colaboração com os países em vias de desenvolvimento", declarou o Presidente da República de Itália, Sandro Pertini, durante o banquete que lhe foi oferecido no Palácio Nacional de Sintra pelo Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão.

No mesmo almoço, Pinto Balsemão salientou a "Inestimável contribuição" que o presidente Sandro Pertini "deu e continua a dar à democracia no seu país e na Europa".

No quadro da inserção portuguesa na Europa, Pinto Balsemão referiu que, "dada a sua natureza essencialmente comunitária, a liberdade é um bem precioso, que se robustece quando partilhada e usufruída em conjunto com outros homens, com outros povos". O Primeiro-Ministro português considerou a adesão de Portugal à CEE como uma "decisão de fundo" e "prioridade do Governo".

Anteriormente, o Presidente Pertini tinha recebido o Primeiro-Ministro português, no Palácio Nacional de Queluz, durante um encontro em que foram discutidos assuntos bilaterais e a situação internacional.

Revestiu-se do maior êxito o I Encontro Nacional dos Sociais-Democratas nas Comissões de Trabalhadores

Com a presença de mais de 300 delegados, representando cerca de uma centena de empresas de todos os ramos de actividade, realizou-se nos passados dias 24 e 25 no Vimeiro o I Encontro Nacional dos Sociais Democratas nas Comissões de Trabalhadores.

Este Encontro foi pre-

sido na sessão de abertura pelo secretário-geral do PSD, António Capucho, e na sessão de encerramento estiveram presentes o vice-presidente do PSD, Nascimento Rodrigues, o secretário de Estado do Trabalho, Fernando Marques e delegações do CDS, PPM, UGT, TE-SIRESD e FTDC.

Durante este Encontro aderiram ao PSD 16 membros de Comissões de Trabalhadores da UTIC, Portucel, Petroquímica, sectores bancário, segurador, vidro, cimento e administração local.

(Mais noticiário nas págs. 5 e 6)



A sessão de abertura foi presidida pelo secretário-geral do PSD, António Capucho

Nova Direcção do Grupo Parlamentar do PSD

Após as eleições efectuadas no passado dia 22, é a seguinte a Direcção do Grupo Parlamentar do PSD:

Presidente: Afonso Moura Guedes; 1.º Vice-Presidente: Silva Marques; 2.º Vice-Presidente: Fernando Condeso; 3.º Vice-Presidente: Manuel Pereira; 4.º Vice-Presidente: Marília Raimundo.

1.º Secretário: Manuel Portugal da Fonseca; 2.º Secretário: Luís Martins.

Vogais: José Manuel Barradas, Manuel António Santos, Vasco Aguiar Miguel, Nicolau Freitas, Manuel Arruda, Lemos Damiano, Joaquim Pinto e Cristóvão Norte.

Assembleia da República tem nova presidência

Na Assembleia da República, o órgão de soberania da mais extensa representatividade democrática, os testemunhos foram passados, com dignidade e elevação honrosas para a democracia.

Leonardo Ribeiro de Almeida, social democrata e uma das personalidades que nos últimos dois anos mais soube prestigiar o Parlamento, regressou às bancadas do PSD. Para a

presidência do Parlamento, a maioria votou majoritariamente o democrata-cristão Francisco Oliveira Dias. De simpatia irradiante e impecável educação, é um homem que o líder do grupo parlamentar do PSD, Moura Guedes, não hesitou revestir também de "nobilíssimas qualidades humanas", serenidade e

Continua na pág. 3

ENTREVISTA SOBRE REVISÃO CONSTITUCIONAL

No próximo número de "Povo Livre" publicamos uma importante entrevista com o responsável parlamentar do PSD em matéria de revisão constitucional, Fernando Condeso, em que serão focadas as principais modificações constantes do projecto da AD, feita uma apreciação da evolução dos trabalhadores parlamentares e perspectivada a potencial amplitude das alterações a acordar com as outras forças políticas.



Reforçar a Cooperação

Miguel Relvas (*)

No mundo contemporâneo, um idioma comum tem valor inestimável como traço de fraternidade e criador de afectos. Assim é com a língua portuguesa, um património cultural com mais de 240 milhões de falantes espalhados pelos cinco continentes.

O fio condutor da língua foi a ideia de base dos dois canais da Rádio e Televisão de Portugal que emitem diariamente 24 horas: a RTP Internacional, com difusão planetária, e a RTP África, vocacionada para os países africanos de língua oficial portuguesa. Num contexto de grandes transformações é vital reforçarmos aquilo que nos une.

O nosso objectivo é fortalecer os laços entre as comunidades lusófonas, por mais remotas que sejam, mas também servir de ponte entre os diferentes países e culturas que usam a casa comum da língua portuguesa.

Sendo acessível nos quatro cantos do mundo – de Toronto a Timor-Leste, passando por Caracas ou Joanesburgo – a RTP Internacional é um grande espaço de união ente todas as comunidades que falam português. Atingindo um vasto público que integra não só as tradicionais comunidades de emigrantes portugueses e luso-descendentes mas também os destinos mais recentes da diáspora lusófona. Sem esquecer todos quantos, nos seus países de origem, têm o português como segunda língua de uso corrente ou idioma de aprendizagem.

Mas à RTP Internacional não bastará levar imagens e notícias de Portugal. Este canal deve reflectir também o quotidiano, as aspirações e as vivências dos emigrantes e luso-descendentes nas sociedades onde se encontram inseridos, transformando-se numa plataforma destinada a fortalecer os laços comuns.

A RTP África pretende reforçar o seu papel enquanto ferramenta privilegiada para aproximar todas as populações que falam português neste continente, no respeito absoluto pela identidade e integridade de cada país, sem qualquer estigma de centralismo ou paternalismo. Neste caso, pretende-se sobretudo estimular as produções autónomas, com diversos centros de cultura e de decisão, privilegiando o intercâmbio artístico e destacando as vastas potencialidades económicas de cada Estado-membro. Sempre com uma palavra-chave a servir-nos de mote: cooperação.

A RTP África, em especial, terá legítimas ambições de ligar continentes e aproximar países, através da permuta de conteúdos, das estratégias de produção comuns ou das sinergias técnicas.

Em função destas referências e valores, as nossas orientações políticas são claras.

- A primeira passa pelo reconhecimento de que a RTP Internacional e a RTP África são importantes activos estratégicos a preservar. Eles afirmam a língua portuguesa como factor de desenvolvimento económico e social e potenciam a influência das nações que falam o português no mundo global e competitivo em que vivemos.

- A segunda orientação é no sentido de sublinhar duas necessidades imperiosas: a necessidade de investir na melhoria da programação da RTP Internacional, porque os portugueses residentes no estrangeiro assim o merecem; e a necessidade de, no que à RTP África diz respeito, dar passos seguros no sentido de intensificar a permuta de conteúdos entre as televisões de serviço público de cada país, traçar estratégias de interesses comuns, de produção conjunta e unir sinergias capazes de abranger todo o espaço de intervenção deste canal.

- Finalmente, o nosso compromisso. O compromisso do reforço da cooperação, de fazer com que a RTP África e a RTP Internacional se convertam, hoje e cada vez mais no futuro, na grande casa da língua portuguesa e da expressão cultural lusófona. Afinal, a lusofonia é isto mesmo – o maior traço de união entre Povos, Nações e Continentes que falam Português. Cabe-nos a responsabilidade de a fortalecer e potenciar.

As escolhas são difíceis, mas não esquecemos a diáspora e os falantes da língua portuguesa, património transversal a várias nações. Para além do óbvio valor cultural, o idioma tem uma relevância económica e política que não é um exclusivo de Portugal e dos portugueses. É um bem de todos os povos e países que adoptaram o português como língua oficial.

No momento em que se procede à reestruturação da RTP reitero a importância estratégica da RTP África e da RTP Internacional. Desta forma, entendemos que contribuimos para o dever comum de defesa e promoção de uma língua falada em todos os continentes.

(*) **Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares de Portugal**

Regresso aos mercados reforça confiança em Portugal

Carmen Mendes Camacho (*)

A semana foi marcada pelas emissões de dívida de longo prazo em dois países periféricos que se encontram sob elevado escrutínio dos mercados financeiros: Espanha e Portugal.

A colocação de dívida foi organizada em ambos os casos por um sindicato bancário, que garantia, caso não existisse procura por parte dos investidores internacionais, a compra de obrigações a 5 e 10 anos a um spread previamente acordado. Mas as emissões foram bem sucedidas, atraindo elevada procura de investidores não-residentes e baixando os custos de financiamento para os soberanos. As duas operações vieram reforçar a última afirmação do Presidente do BCE de que “as nuvens mais negras que assombravam a zona euro ficaram para trás”.

Em Espanha, o tesouro colocou no mercado uma obrigação sindicada a 10 anos, atraindo uma procura de aproximadamente 22.7 mil milhões de euros. O governo colocou 7 mil milhões de euros nesta maturidade, 60% dos quais absorvidos por investidores não-residentes, ultrapassando a previsão inicial de colocação, que situava entre os EUR 3 e 4 mil milhões. O spread final da obrigação fixou-se na taxa do mid-swap + 365 pontos base (menos 10 pontos base face ao spread inicial). Tendo em conta esta emissão, 15% das necessidades de financiamento para 2013 foram cobertas em Janeiro, voltando o Tesouro Espanhol a emitir dívida de longo prazo no próximo dia 7 de Fevereiro.

No caso de Portugal, BESI, Barclays, Morgan Stanley e Deutsche Bank foram os bancos que participaram na emissão de uma obrigação sindicada a 5 anos. A forte procura, que ultrapassou em 4.8 vezes a oferta, elevou o montante de colocação inicialmente previsto pelo governo. Portugal emitiu 2.5 mil milhões de euros em dívida com esta maturidade, a um spread de 395 pontos base acima do mid-swap, o que equivale a uma yield de 4.891%. Investidores estrangeiros absorveram 90% da colocação. Na última emissão de dívida sindicada a 5 anos, em Fevereiro de 2011, Portugal tinha pago uma yield de 6.4%. E o presente valor ficou abaixo dos preços transaccionados em mercado secundário, que rondaram os 5% durante a última semana.

A operação constitui um importante passo para Portugal restaurar o acesso aos mercados financeiros, reforçando a credibilidade do seu programa de ajustamento. E embora, o BCE ainda não tenha accionado o seu programa de compra de dívida pública, designado por Outright Monetary Transactions, o país começa a garantir a sua elegibilidade para este fim, normalizando o recurso ao financiamento no mercado de dívida. Espera-se mais avanços neste sentido, tendo a Secretária de Estado do Tesouro indicado que o Estado português está interessado em reconstruir a curva de rendimentos do soberano, sugerindo que haverá uma emissão a 10 anos num futuro próximo.

O Estado português parece estar no bom caminho para que o regresso aos mercados seja bem sucedido, tendo conseguido concretizar a meta estabelecida para o défice público em 2012, na óptica de fluxos de caixa. O défice fixou-se nos 8,329 milhões de euros ou 5% do PIB, cerca de 700 milhões de euros abaixo da meta imposta pela União Europeia e FMI. A receita de concessão dos aeroportos à ANA (800 milhões de euros), que ainda não tem o aval do Eurostat, contribuiu para que o défice ficasse abaixo deste valor. Em termos de evolução das receitas e despesas públicas, destaca-se a diminuição das receitas totais do Estado em 4.4% em 2012. Este movimento reflecte uma queda significativa da receita fiscal (-6.8%), principalmente nos impostos directos (-9.5%). A despesa total manteve-se estável, enquanto que a despesa primária, que exclui as despesas com juros da dívida pública, diminuiu 1.9% face a 2011. Falta ainda conhecer o défice público na óptica da contabilidade nacional, utilizada pelo Eurostat para aferir se Portugal cumpriu o objectivo dos 5%.

Entretanto, também nesta semana, soube-se que Portugal e a Irlanda encontram-se em negociação com os restantes países da zona euro sobre uma possível extensão das maturidades dos empréstimos financiados pelo FEEF e pelo MEE, de modo a facilitar o seu regresso aos mercados. Depois da Grécia ter beneficiado de uma solução deste tipo, a Comissão Europeia mostrou-se favorável a este pedido, confiando nos progressos efectuados pelos dois países, e irá analisá-lo nas próximas semanas. Uma decisão final sobre este assunto poderá surgir na próxima reunião do Eurogrupo, na primeira semana de Fevereiro.

(*) **Departamento de Estudos Económicos e Financeiros do BPI**



A crise terrível?

João César das Neves (*)

“A Igreja passa por uma crise terrível. Por isso o Papa renunciou. Esse gesto revolucionário abre uma oportunidade para repensar tudo a fundo.” Estas são, em resumo, as três teses básicas que, no simplismo habitual, a comunicação social tem divulgado sobre este tema.

Como de costume, a imprensa produz hipóteses, elabora raciocínios e outorga conclusões, sempre com pouca preocupação pela realidade. Por isso é tantas vezes apanhada de surpresa. O seu permanente sobressalto previne-nos para não levar a sério o que os media dizem sobre uma instituição que os ultrapassa espantosamente. Estas teses chegam para mostrar isto.

A suposta “crise terrível” nunca passou de uma invenção de comentadores exaltados. Por acaso a Igreja passa por uma fase particularmente feliz da sua longa história. Uma sequência de papas santos e brilhantes, unidade do clero à volta do magistério, ausência de perseguições abertas nas democracias e enorme aumento de fiéis têm sido raros nos séculos anteriores. Além disso, o vasto e profundo processo de reforma criado pelo último Concílio, sem par em qualquer instituição mundial, torna a Igreja mais ágil, sólida e diligente.

São exactamente estes aspectos, constatáveis numa análise sociológica séria, que levam muitos adversários assustados a apregoar a tese da “crise terrível”. O sucesso estrondoso das múltiplas iniciativas de João Paulo II, que

manteve o mundo suspenso durante 27 anos, foi continuado pelo sucesso também espantoso das iniciativas de Bento XVI. Com estilo totalmente diferente, ficou provado que a causa não era o inimitável génio pessoal do papa polaco, mas uma força muito mais poderosa que alimenta todos os papas, por serem papas.

Até o escândalo de pedofilia, prova central da tese da “crise terrível”, foi mal compreendido. Primeiro porque ao lançar a campanha, os jornais, hostis ou simplesmente oportunistas, fizeram um favor precioso à Igreja, eliminando do seu seio alguns criminosos horríveis. Depois, o truque de suscitar, ao mesmo tempo, casos muito antigos, de locais muito longínquos, pode impressionar algum tempo, mas acaba por falhar. Qual é o interesse em fazer manchetes de acontecimentos de há 40 anos? Só face à Igreja é que os jornais chamam notícias a coisas acontecidas antes de ter nascido o jornalista que as relata. Hoje, fazendo uma devassa à vida de qualquer clérigo, os jornais prestam um excelente serviço à Igreja, mas maçam os leitores. O que assusta é só atenderem aos poucos casos de pedofilia dentro da Igreja, sem ligar aos de fora, que são a esmagadora maioria.

O outro caso que se diz motivar a renúncia do Papa prova também o oposto do que dizem. Um punhado de criminosos, aliás mais louvados que censurados, entrou na intimidade da Santa Sé sem conseguir encontrar nada de realmente

demolidor. Que outro dirigente ou organização, política ou económica (incluindo a administração e a redacção de jornais e televisões), sofrendo uma fuga de informação privada com tal vastidão e detalhe, sairia tão bem quanto o Papa e a Cúria? Qualquer inspecção aos papéis privados de governos e empresas conseguiria provar tão pouco? Se se olhassem ao espelho, aqueles que comentam com ar severo o caso deveriam admitir que, apesar dos pecadilhos revelados, as fugas demonstram antes a virtude da Igreja. A «crise terrível» afinal é outra.

De facto o Mundo passa por uma crise terrível. Bento XVI sempre esteve consciente dos verdadeiros dramas, e nunca se distraiu com pormenores secundários, como as tricas que ocupam os comentadores. Consciente da missão central que lhe compete, salvar a humanidade neste momento tão difícil, achou que se deveria dedicar à tarefa fundamental, a oração diante de Deus, entregando a alguém mais jovem a condução dos assuntos operacionais.

O gesto profético de Bento XVI dá a oportunidade à Igreja, não de repensar tudo, como dizem os estranhos, mas de serenamente retomar a função que lhe compete. Essa não precisa de ser repensada pois foi-lhe entregue há muitos anos, junto a um lago.

(*) **Professor Universitário, Economista, naohaalmcosgratis@ucp.pt**



A dissolução do Bloco

Pedro Lomba (*)

O Bloco de Esquerda nasceu em 1998. Com esta distância, é seguro que foi um bom tempo para aparecer um partido com o seu perfil e ambição. O Bloco não teve uma, mas duas madrinhas. A primeira foi o Fim da História com que as democracias e os regimes capitalistas cantavam o seu triunfo sobre o comunismo.

Eram tempos de arrependimento e migração. Caído o Muro de Berlim, o PCP tinha deixado de ser atractivo para uma multidão de arrependidos que desataram a formar grupos paralelos, pensando no que viria a seguir.

Os jovens urbanos e educados, treinados no activismo estudantil, também precisavam de um novo poiso para se reunir.

A segunda figura paternal foi António Guterres. Centrista, católico, genericamente conservador nos costumes, o PS de Guterres não pretendia romper nas “causas sociais”, deixando por isso livre o espaço à sua esquerda. As causas integravam as tendências ditas “pós-materialistas” que apelavam a um eleitorado “boémio burguês”. Não podendo mudar a economia – na verdade, não dizendo nada de importante sobre o assunto –, lutava agora pelas minorias, pelo ambiente, pela liberalização disto e daquilo.

O primeiro referendo da lei do aborto serviu de arranque.

O Bloco inicialmente cresceu.

Foi ajudado nesse crescimento por redacções simpáticas, o mundo das artes e algumas modas universitárias, sobretudo nas ciências sociais. E contou com o populismo estado de Francisco Louçã, dentro e fora do Parlamento.

Há dez anos, toda a gente anunciava diariamente o fim do PCP e o reforço inevitável do Bloco de Esquerda. Profetizava-se que o PCP não iria resistir à morte de Álvaro Cunhal e estaria destinado a definhar. É claro que nada disso aconteceu. Depois de Carlos Carvalhas, o PCP foi buscar Jerónimo de Sousa e, talvez mais importante do que essa escolha, continuou a mobilizar os seus militantes com uma preparação e uma organização que o Bloco nunca conseguiu ter. O Bloco, formado por individualistas e diletantes, minimizou em absoluto a velha formação orgânica que os dirigentes do PCP aprenderam com a antiga União Soviética.

Em 2011, no meio de uma grave crise económica e com condições ideais, o Bloco averbou uma derrota fatal nas eleições legislativas. Reduziu o seu grupo parlamentar. Tornou-se cada vez mais irrelevante. Explicações?

Não foi apenas Sócrates que lançou o anzol naquelas águas, deixando como herança um mini-Bloco dentro do PS.

Foi sobretudo o Bloco que deixou de contar. Quando a economia estava em alta, o Bloco pôde prosperar. Com a economia em faticos, o Bloco é visto como um brinquedo.

Entretanto, Louçã largou a liderança e criou um clube à parte. As duas facções internas, da UDP e do PSR, começaram a embicar. A chefia bicéfala não esconde a fraqueza. A demissão de alguns militantes mais conhecidos, ainda que sem peso interno no Bloco, confirma o seu esvaziamento. O Bloco deixou de federar quem quer que seja. Os próprios militantes já agem por conta própria.

Se António José Seguro não segura a esquerda do PS, o Bloco já não se segura a si mesmo. Está por isso toda a gente à espera do Syriza português. Mas o que poderá ser a variante doméstica do Syriza? Ou isso, ou um Beppe Grillo que saiba amealhar o voto de protesto. Não nos faltam agitadores para o cargo e não faltam votos de protesto para reunir. Mas já não serão para o Bloco de Esquerda. A História dele terminou.

O resto é silêncio

Não foram os 800 mil que a organização se apressou em garantir. Nem sequer 500 mil. Os números ficaram obviamente muito abaixo disso. Mas essa contabilidade de cabeças, de fotografias, de imagens adulteradas, do índice de ocupantes por metro quadrado no Terreiro do Paço, a que alguns esforçadamente se dedicaram nos últimos dias, não chega para anular o que aconteceu. As manifestações existiram. Muita gente foi para a rua. Muita gente em protesto contra o Governo, a Europa e os tempos. E se a ninguém espanta que por lá tivessem passado os clubes do costume, também estiveram muitas pessoas que não respondem aos minaretes ideológicos. Dito isto, encaremos outros factos desagradáveis.

Do 12 de Março de 2011 ao 15 de Setembro de 2012 e agora a este 2 de Março, o ciclo das manifestações tende a repetir-se sem acalmia à vista. Mas não é necessariamente verdade que o peso da “rua” se esteja a intensificar. Ao contrário do 12 de Março e do 15 de Setembro, em que os protestos surgiram no espaço de dias, numa reacção instantânea, as manifestações de 2 de Março foram meticulosamente preparadas, anunciadas, promovidas. Tinham um hino, acções por todo o lado, uma organização militante.

Contaram com o apoio frenético de quase toda a comunicação social.

Ambiciosos, os organizadores viram nisso a oportunidade de subir a fasquia. Tinham o propósito de superar a adesão

do 15 de Setembro.

Não conseguiram. Este aspecto, não sendo decisivo, também não é irrelevante sobre o que podemos esperar da “rua” e de alguns dos seus movimentos.

As manifestações não têm, como bem se diz, de “servir para alguma coisa”.

Parece-me óbvio que a mera erupção de raiva e incomodidade é suficiente.

Mas se não têm de servir para articular alguma coisa, também não têm de servir para tirar ilações claras. As manifestações são um sinal, exibem um descontentamento difuso, mas não permitem teleguiar um Governo com acções concretas.

Pensar que uma presumível inteligência das multidões pode ser representada é não ver que a representação política apenas surge quando algo se organiza para representar. O que é precisamente o contrário da raiva vezeira e respeitável das manifestações.

Terceiro, impressiona o número de velhos que circulou nas ruas.

Ontem mesmo ficou a saber-se que o Estado tem mais reformados do que trabalhadores no activo. Eis um problema. Esta austeridade não é apenas financeira. Antes disso, há uma austeridade demográfica que, a prazo, nos coloca perante um conflito corrosivo. Como é que uma minoria crescente pode sustentar uma maioria sem acabar por se virar contra ela? E podemos nós fingir que nada se passa?

A indústria que mais floresce num tempo de crise é a indústria do medo. Também vimos isso no Sábado. Gente com medo de tudo, da impotência do Governo ao desnorte dos partidos, age para as assustar ainda mais. As manifestações revelaram por isso um aspecto importante e contraditório deste medo. Aqueles que hoje mais apelam à mudança são também, por vezes, os que mais temem e lutam contra a mudança. É um paradoxo com que também temos de contar.

Resta a incerteza sobre o que podemos fazer. Se não saiu ainda um discurso plausível e realista destas manifestações, não é só porque ninguém explicou o que quer quando manda a “troika lixar-se” e nenhuma das opções existentes é indolor. É também porque, como escreveu o economista Ricardo Reis no Dinheiro Vivo, não foi a troika que trouxe a austeridade. Os empréstimos da troika aliviaram-nos da austeridade da falência. Não foram a doença, mas um provisório alívio que implica custos. O resto, custa reconhecer, é ainda silêncio.

(*) **Jurista, Cronista @“Público”**

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir no próximo dia 22 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 21h30, no Auditório da Escola Secundária de Alijó, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação das contas relativas ao exercício do ano de 2012
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Batalha, para reunir no próximo dia 22 de Março de 2013, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita Rua D. Filipa de Lencastre, nº 13, (em frente à casa do Benfica) com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas de 2013
- 3 - Outros assuntos de interesse.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede sita na Rua das Pondres (Quinchoso), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise e votação das contas do ano de 2012
- 2 - Análise e votação do orçamento de 2013
- 3 - Análise da situação política - eleições autárquicas
- 4 - Outros assuntos.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Figueira da Foz, para reunir, no próximo dia 22 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21H30, na sede sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Apreciação da decisão da Comissão Política de Secção sobre a candidatura à Câmara Municipal

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Golegã, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 23 de Março de 2013 (sábado), pelas 21H00, na sede sita na Rua D. Afonso Henriques, nº 53, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Emissão de parecer sobre a candidatura proposta pela Comissão Política de Secção a presidente de Câmara Municipal da Golegã, nos termos do artº 53/2 alínea f dos Estatutos

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Lourinhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Março de 2013, (domingo), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Eng.º Adelinho Amaro da Costa, 4 Cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política do concelho
- 3 - Eleições Autárquicas 2013
- 4 - Outros assuntos;

MONFORTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Monforte, para reunir, no próximo dia 16 de Março de 2013 (sábado), pelas 21H00, na sociedade Filarmónica "Os Encarnados", sita em Monforte, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Preparação das Eleições Autárquicas 2013

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ovar para reunir no próximo dia 20 de Março de 2013, pelas 21H00 na sede sita na Rua Ferreira de Castro, 84 - 1.º Esq. Ovar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Aprovação do relatório de contas de 2012
- 2 - Apresentação, discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento de 2013
- 3 - Autárquicas 2013: Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, nos termos da alínea f), nº 2, do artº 53 dos Estatutos do PSD - Apreciação da deliberação da Comissão Política de Secção sobre a indicação do candidato à Câmara Municipal de Ovar.

PORTALEGRE

A convocatória publicada no "Povo Livre" do dia 6 de Março não se realiza, por motivos imprevistos.

Uma nova data será publicada e comunicada brevemente.

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para reunir no próximo dia 22 de Março de 2013, pelas 21h30, na sede sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, nos termos da alínea f), n.º 2 do artigo 53º dos Estatutos.
- 2 - Análise da situação política

S: PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. Pedro do Sul, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 22 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21H00, no Auditório do Hotel Parque nas Termas de S. Pedro do Sul, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Apreciação do processo da designação de candidaturas aos órgãos autárquicos do PSD de S. Pedro do Sul

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir, no

próximo dia 22 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede distrital sita na Calçada Mem Ramires, nº 10, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise, discussão e votação das contas da Comissão Política de 2012
- 2 - Análise da situação política

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sesimbra, para reunir no próximo dia 22 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da República, 20 - 1º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Dar parecer sobre o programa e os candidatos do PSD na coligação, PPD-PSD/CDS-PP "Abraçar Sesimbra", às eleições autárquicas 2013/2017 de acordo com a alínea f do artº 53 dos Estatutos do PSD.

2 - Outros assuntos

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga, para reunir, no próximo dia 23 de Março de 2013 (sábado), pelas 17H00, na sede sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação discussão e votação das contas da Secção relativas ao ano 2012
- 2 - Analisar a situação político-partidária e pronunciar-se quanto à estratégia política a desenvolver na secção, relativamente às eleições autárquicas de 2013
- 3 - Apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a actividade da Secção

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tomar, para reunir, no próximo dia 28 de Março de 2013 (quinta-feira), pelas 21H30, na sede sita na Rua da Fábrica de Fiação, nº 57, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política nacional e autárquicas 2013
- 2 - Outros assuntos de interesse

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tondela para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21H00, no Auditório Municipal de Tondela, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação e aprovação de contas respeitantes ao exercício do ano de 2012
- 2 - Dar parecer nos termos da alínea f), do nº2, do artigo 53º dos Estatutos
- 3 - Outros assuntos

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vale de Cambra, para reunir, no próximo dia 22 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede sita na Avenida Camilo Tavares de Matos (edifício da Caixa Geral de Depósitos) nº 352 - 1º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação político-partidária
- 2 - Candidatura aos órgãos autárquicos locais (Autárquicas 2013)
- 3 - Outros assuntos de interesse

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir

no próximo dia 15 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditório do Hotel Viana Sol, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Aprovação das contas do exercício de 2012
- 3 – Análise da situação política

VILA REAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Vila Real, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2013 (sábado), pelas 15h00, no Auditório da Assembleia Municipal de Mondim de Basto, sito na Praça do Município, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Apreciação e votação do relatório de contas de 2012
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vouzela, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2013, (quinta-feira) pelas às 21h00, no Auditório 25 de Abril (Assembleia Municipal), com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política local
- 3 – Processo Eleitoral Autárquico
Comissão Eleitoral Autárquica
- 4 – Outros assuntos



ERRATA

CONSELHO REGIONAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Regional de Setúbal, para o próximo dia 17 de Março de 2013 pelas 15h, na sede da Junta de Freguesia de Alcochete sita na Rua Ruy de Sousa Vinagre 2890-017 Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Definição do Calendário Eleitoral e apreciação e votação do Regulamento do Congresso Regional.
- 3- Autárquicas;
- 4- Diversos.

ODIVELAS

Ao abrigo da alínea e) do artigo 69, dos artigos 70, do nr. 2 do artigo 71, dos nrs. 1 e 3 do artigo 118 e no respeito do princípio consagrado no artigo 141, todos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o I Plenário Concelhio Ordinário de Odivelas da JSD a reunir no dia 21 de Março de 2013, pelas 21h15, na Sede Concelhia de Odivelas do PSD e da JSD, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, nr. 11, cave direita, Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política nacional;
- 3 - Análise da situação política local.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de

Olhão, para reunir no próximo dia 13 de Abril (sábado), pelas 16h00, na Sede do PSD de Olhão, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 23 - R/C Dto., em Olhão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário
Concelhio da JSD de Olhão.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Regional, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de uma hora, a saber: 16h00 – 17h00.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio de Lousada, para o dia 6 de Abril de 2013, pelas 17 horas, na Sede do PSD, sita na Travessa de S. Sebastião, n.º 121, em LOUSADA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política actual;
- 3 – Candidatura Autárquica 2013;
- 4 – Outros assuntos.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo do artigo 70º dos Estatutos da JSD – Juventude Social Democrata, convoco os militantes da JSD de Ponte de Lima, para reunirem em Plenário, na sede concelhia do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 29 Março de 2013 pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política nacional, distrital e local;
- 3 – A política, agenda e a estratégia da JSD Ponte de Lima para as Autárquicas 2013.
- 4 – Outros Assuntos.

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Évora, para reunir no próximo dia 20 de Abril de 2013, pelas 15 horas, na Sede do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas devem ser entregues, no mesmo local, à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente a substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 15h00m às 18 horas.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Loures, para reunir no próximo dia 22 de Abril de 2013, (2.ª-feira), pelas 20 horas, na Sede do PSD/Loures, sita na Ria Diogo Cão, n.º 2 – Loja n.º 4, Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário.

Notas:

As listas devem ser entregues, na morada supra citada, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 20h00m às 23 horas.